

Gomes Eanes de Zurara, cronista de cavaleiros e cavalarias

ALBANO FIGUEIREDO
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Portugal

1. Que a matéria e a temática cavaleirescas sempre interessaram aos cronistas portugueses de Quatrocentos e aos poderes que os investiram em tal função é um fato inquestionável.

Para isso muito contribuiu, em primeira instância, a importante mutação cívico-cultural que, por finais do século XIV e sobremaneira nas primeiras décadas do século seguinte, a corte de D.João I protagonizou. Em 1990, num manual que escreveu para a Universidade Aberta portuguesa, a historiadora Maria José Ferro Tavares escrevia precisamente que

Em torno de D.João I (1385-1433) e da rainha D.Filipa de Lencastre toma forma uma Corte activa e aberta aos ventos da Europa. Gente nova priva com o rei, os grandes mercadores e homens do concelho de Lisboa, a nobreza rejuvenescida com a acção dos filhos-segundo, o clero eivado de ideais conciliaristas e intuítos cruzadísticos. O movimento que assim se gera, aliado a forças económicas várias, conduz a Ceuta e à política de «reconquista» no Norte de África, à exploração do litoral africano, à aventura, oceano dentro, de descoberta para Ocidente ¹.

Quer dizer: depois de um século XIV muito conturbado, entra-se na primeira metade da centúria seguinte num clima de certa estabilidade e mesmo de algum entusiasmo, realidade a que não foi alheia a acção a vários níveis regeneradora do Rei de Boa Memória. E é neste contexto que a ética comportamental cavaleiresca adquire de forma cada vez mais progressiva contornos de modelo ético e de sociabilidade e a literatura em torno da Távola Redonda, que desde os finais do século XIII vinha circulando na Península Ibérica e cativando, de modo tão variado, quem com ela contactava, atrai mais e mais os interesses do público leitor e ouvinte.

Cabe aqui recordar a este propósito a tão lúcida quanto muito informativa constatação que, num célebre estudo sobre as origens da novela, Menéndez y Pelayo produziu no já longínquo ano de 1905, acerca, por um lado, da pujança do ideal cavaleiresco nos finais da Idade Média, com repercussões intensas no quotidiano, e, por outro, de como o mesmo se projetara na escrita literária do tempo. Disse o erudito investigador:

1 *Sociedade e Cultura Portuguesa*. 2, Lisboa, Universidade Aberta, 1990, p.11.

A fines del siglo XIV y principios del XV acrecentóse en Portugal el entusiasmo por la caballería de la Tabla Redonda, especialmente en la corte de don Juan I, á causa de la estrecha alianza de aquel monarca con los ingleses y su casamiento con doña Felipa de Lancaster. Fue moda cortesana el tomar por dechados á los paladines del rey Artús y hasta el adoptar sus nombres. El mismo condestable Nuño Alvarez Pereira, cuya pureza moral igualaba á su heroica resolución, había elegido por modelo al immaculado Galaaz, conquistador del Santo Grial. El *Ala de los Enamorados*, que combatió en la batalla de Aljubarrota; la orden de los caballeros de la Madreselva, reminiscência de uno de los *lays* de María de Francia; la aventura caballeresca de Magricio y los doce de Inglaterra, que inmortalizó Camoens en uno de los más bellos episodios de su poema; y hasta los elementos del Tristán que pasaron á la leyenda histórica de doña Inés de Castro, son pruebas convincentes de esta influencia social. Todavía lo es más la abundância de nombres de este ciclo entre los hidalgos portugueses, especialmente después de 1385 ².

O estudo detalhado desse ambiente cultural levaria ainda, mais recentemente, em 1988, João Gouveia Monteiro, insigne historiador português de Coimbra, a afirmar que o mesmo mostrava afinal “a existência, em Portugal, de um público cortesão cavaleiresco e aventureiro, que se afirma como grande consumidor desta tradição novelística e que, com alta probabilidade, desejará reproduzir os padrões de comportamento e os códigos de sociabilidade por ela divulgados” ³.

O gosto por uma literatura novelística que tem por base os temas arturianos estende-se depois á corte de D.Duarte, sendo bastante significativo que obras como o *Livro de Tristam*, o *Merlim* e o *Livro de Galaaz* existissem na requintada biblioteca desse monarca ⁴.

Se o reinado de D.João I propiciou, portanto, a paz e se o do seu sucessor lhe procura seguir os passos, o fato é que os anos imediatamente seguintes ficaram marcados pela morte de D.Duarte, acontecimento que a partir de 1438 lança Portugal em novo período de confrontos. Mas na dinâmica da vida, serão estes acontecimentos que levam nos limites da década de 40 outro descendente da casa de Avis – D.Afonso V – ao poder, num reinado em que, por um lado, o afã cavaleiresco é mais aprofundado e, por outro, os ventos humanistas se farão, ainda que incipientemente, sentir.

Por toda a primeira metade do século XV assistira-se, pois, no que concerne ao domínio do «cavaleiresco», a um certo esbatimento mental das fronteiras tácitas e à partida rígidas entre «realidade» e «imaginação», entre «história» e «ficção», daí resultando um ambiente peculiar que dominará a multimoda produção narrativa do tempo, ambiente em que o público chega a ter uma dupla função: recolhe nas novelas e romances de cavalaria os exemplos morais que o animam, ao mesmo tempo que muitos dos seus próprios atos fornecem matéria para extensas páginas de uma escrita, historiográfica ou não, de base literária ⁵. E é essa (re)criação que surgirá também, com toda a evidência, nas narrativas cavaleirescas de Gomes Eanes de Zurara, convergindo na sua historiografia não só a «verdade factual» que sempre suporta o gênero cronístico historiográfico como também o produto do exercício da «imaginação» inerente à mentalidade da época, no seio de uma corte elitista profundamente motivada pelo ideal de cavalaria. No seu todo, a obra de Eanes Zurara constitui-se afinal como excelente repertório narrativo de histórias de cavaleiros e cavalarias.

2 Menéndez y Pelayo, *Orígenes de la Novela*, Madrid, Librería Editorial de Bailly//Bailliére e Hijos, 1905, Tomo I, pp. CLXXV-CLXXXVI.

3 “Orientações da cultura da corte na 1ª metade do séc.XV (A literatura dos Príncipes de Avis)”, *Vértice*, II Série, n. 5, 1988, p.91.

4 Cf. D.Duarte, *Leal Conselheiro*, edição crítica por Joseph M. Piel, Lisboa, Bertrand, 1942, pp. 414-416.

5 Cf. Dominique Boutet & Armand Strubel, *Littérature politique et société dans la France du moyen age*, Paris, PUF, 1979, p. 209: “L’aristocratie vit en vase clos, mène une existence littéraire; elle en est le public et le sujet privilégié, elle fournit la matière des romans et essaie elle-même de se comporter en héros de roman”.

2. Porque a crônica historiográfica medievá é um gênero que assenta precisamente nesse peculiar processo de contaminação e de ajustamento entre o que é «real» e «verdadeiro» e o que é «representativo» e «imaginoso», Gomes Eanes de Zurara, que viveu entre cerca de 1410 e 1474 e serviu como segundo cronista-mor do Reino a partir de cerca de 1448 – embora só venha a ser nomeado oficialmente para esse cargo em 1454 –, parece ter justamente acomodado no conjunto da sua obra determinados modelos cavaleirescos e de honra que, também projetados a partir de outros impulsos de escrita puramente ficcional, se vinham repercutindo com crescente impacto e de forma determinante na sociedade e na mundivisão do poder político dos tempos mais próximos.

Na *Crônica da Tomada de Ceuta* (pronta em 1450), na *Crônica de Guiné* (de 1453) e nas crônicas sobre os dois primeiros fronteiros de Ceuta (a *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*, de 1463, e a *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*, de 1468), o cronista integra e explora de modo sistemático o ideal de cavalaria e a aventura cavaleiresca. Num tempo em que a corte de Afonso V evidencia claros sinais de uma ampla aceitação e valorização de tal ideal, com uma nobreza ávida por um retorno àquela matriz formativa, as quatro obras de Zurara refletem à saciedade essa modelização do mundo e as suas correspondentes potencialidades semânticas e formais, que constantemente são trabalhadas, em vários planos, por forma a induzirem linhas de sentido precisas e a gerarem âncoras estruturantes da própria organização discursiva.

Recorde-se que o gênero cronístico, na sua modalidade historiográfica, se afirmara paulatinamente como nova possibilidade narrativa para recuperar e fazer repercutir num sistema concreto de valores a memória de figuras, de feitos, de espaços e de tempos. À sua feição sequencial, que radicava numa lógica temporal, mas exemplar e dinamicamente narrativa, somava-se uma confluência de mecanismos técnico-compositivos e estilísticos atuantes na articulação discursiva, diegética e expressiva; e no quadro do funcionamento do muito particular sistema literário medieval, em que tantas vezes os gêneros se caracterizavam pelo seu caráter compósito, à crônica historiográfica – em que não raro se enredava uma *vis* biográfica ou de relato de viagens – era atribuído pelas entidades produtoras, pelas entidades receptoras e pelos poderes que as tutelavam um estatuto artístico, que não era incompatível com a ficcionalização representativa da factualidade ou sequer com as afirmações protocolares e «profissionais» de respeito pela verdade. No caso específico da crônica régia, de que a *Crônica da Tomada de Ceuta* é um bom exemplo, constituía ela uma solução historiográfica a vários níveis muito fecunda, dentro de uma abrangência modal eclética relativamente transversal, e, claro, de um hibridismo que, em parte, resultava do seu horizonte material e apriorístico para tematização. Enquanto modelação artística do mundo andava-lhe intrinsecamente ligada uma cuidada elaboração prosística e elocutiva, em que a Retórica, a Poética e até a Dialéctica se interligavam, numa espécie de entretecer a um só tempo complexo e transparente, sem o qual a factualidade e a referencialidade não se deixariam representar. Ora, essa «plasticidade» do gênero adequava-se como nenhuma outra solução à exploração temática do fundo cavaleiresco que sobremaneira está de novo em voga nos meados do século XV, e, como ninguém, Zurara soube potenciar as virtualidades de tal «casamento».

3. A sua *Crônica da Tomada de Ceuta* deveria constituir-se como a terceira parte de uma «Crônica de D. João I», iniciada pelo «velho e fraco» Fernão Lopes. Contudo, mais do que um registro de dados relativos a um reinado, seriados cronológica e correntemente, a *Crônica* é um quadro escrito da quase épica preparação e concretização da conquista daquela praça africana aos mouros, em 1415, por D. João I e seus filhos D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, alicerçando-se a sua estrutura narrativa numa quase modelização de Ceuta como graal demandado pelos três infantes, aspirantes à Ordem de Cavalaria. Sob este ponto de vista, a *Crônica*, enquanto projeto de uma nova narração de uma série de feitos de D. João I relativos a um período delimitado, pode enquadrar-se na modalidade específica da crônica régia; mas,

vistas as coisas mais em pormenor, na sua gênese estão outros fatores, como se pode inferir do substrato cavaleiresco que a caracteriza.

De fato, ela foca essencialmente um único assunto – a dimensão cavaleiresca e cruzadista da conquista – e mostra um protagonismo ativo vincado de quatro personagens que se regem pelo respeito pelo ideal cavaleiresco e pela ambição de lealmente o corporizarem. O espaço concedido a outros acontecimentos ocorridos no Reino é muito diminuto e esses apenas são trazidos ao leitor quando se prendem com a temática principal. Temos, pois, de admitir que, embora genericamente a possamos incluir naquilo que se entende por crônica régia, ela adquire contornos especiais e específicos, o que prova, aliás, que à época o conceito de crônica régia já não era absolutamente estanque ou mesmo uniforme.

A súpula de virtudes éticas e morais de que D.João I e sua esposa, D.Filipa de Lencastre, são portadores parece desde o início ser o garante de uma prefiguração de um destino de grande qualidade cavaleiresca para os seus descendentes. Será no palco africano que estes mostrarão as suas capacidades bélicas e de estrategas e, ao mesmo tempo, se distinguirão das gentes de mais baixa condição social – estas essencialmente dominadas pelo medo –, antes revelando a nobre estirpe de que são provenientes e encarando os feitos com coragem e bravura guerreiras e como modo de consolidarem com provas reais a fama que vão alcançando. De resto, D.João I e seus três filhos têm na vitória um posicionamento irrepreensivelmente cavaleiresco: ao eventual proveito material da conquista fazem sobrepor, na lição de Zurara, o proveito moral, espiritual e de honra guerreira, o único que legitima a investidura dos Infantes na Ordem de Cavalaria. E de entre eles, D.Henrique tomará mesmo a dianteira como espécie de protótipo de «herói-cavaleiro».

Interessa-nos individualizar particularmente três momentos da narrativa que, em nossa opinião, em muito concorrem para a exploração bem sucedida de todo este ambiente cavaleiresco, mostrando um Zurara empenhado em ser cronista de cavaleiros e cavalarias. O primeiro é o da entrega por parte de D.Filipa de Lencastre, já no leito da morte, das espadas com que os filhos viriam em Ceuta a ser entronizados na Cavalaria. Com efeito, nesse episódio a personagem delimita uma conduta ética para os Infantes que tem por modelo os preceitos da cavalaria cristã. Inicialmente, dialoga com o Rei e marido, para justificar a atribuição das espadas pela sua mão:

Senhor, eu uos peço por merçee que sse me Deos quiser dar dias de uida, que chegue ataa o tempo de uossa partida, que uos façaaes uossos filhos caualleiros presentem mym, ao mesmo tempo de uosso embarcamento com senhas espadas, que lhe eu darey e com a minha beemçam. ca posto que seia dito, que as armas das molheres emfraqueçem os corações dos caualleiros, bem creo que segumdo a geeraçom de que eu uenho, numca seram emfraqueçidos por as rreçeberem de minha mão. Ao que elRey rrespomdeio que lhe prazia mujto. E a Rainha mamdou no outro dia chamar Joham Vaasquez dAlmadaã, ao quall disse que lhe mandasse fazer três espadas, e as mamdasse guarnecer muy rricamemte douro e daliofar e de pedras preciosas, e que tamto que fossem acabadas que lhas trouxesse ⁶.

Insigne representante da cavalaria inglesa – a mais prezada e respeitada no mundo medieval –, Filipa de Lencastre deixa por via das espadas o seu legado ético e transforma a vida de seus filhos: a D. Duarte, futuro rei, oferece a espada do preceito da defesa da justiça e do direito, que devem ser doseados com a piedade ⁷; a D.Pedro associa outro dever do cavaleiro – o da defesa das donas e donzelas –, de acordo com a conduta ética peculiar da Cavalaria ⁸; e a D.Henrique estende a espada da defesa e respeito pelos senhores, cavaleiros fidalgos e escudeiros, isto é, a força bélica e cavalheiresca do Reino⁹. Aliás, e muito significativamente também, antes da entrega das espadas a Rainha oferecera a cada um

6 Gomes Eanes de Zurara, *Crônica da Tomada de Ceuta*, edição de Francisco M. Esteves Pereira, por ordem da Academia das Ciências de Lisboa, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915, p.121.

7 Cf. *idem*, pp.127-128.

8 Cf. *idem*, p.128.

9 Cf. *idem*, pp.128-129.

de seus três filhos uma das quatro partes em que divide uma cruz de Cristo, reservando uma delas para o marido. Ora a Rainha faz assim coincidir axialmente a cruz com «fortaleza» e «defesa», dois traços basilares do cavaleiro. E ela é ainda portadora de significados mais profundos, nomeadamente «crença em Deus» e «bênção edificante para o corpo e para a alma». Torna-se, pois, pertinente a coincidência metafórica entre a «vera cruz» e «escudo», já que acreditando nos valores e nos preceitos que ela comporta e simboliza aquela teria propriedades balsâmicas que tornariam o corpo e a alma humanos impermeáveis a eventuais perigos materiais e espirituais. Por outro lado, partindo e separando esses quatro elementos da cruz de Cristo, constituída por quatro «braços» em princípio indivisíveis, mas redistribuindo-os novamente pelos três Infantes e seu pai, a Rainha realça a necessidade de união entre aquelas quatro personagens históricas, solidária e fraternalmente inseparáveis sob o exemplo do mais velho. Só assim seria exequível todo e qualquer projeto de fé; só assim seria exequível o projeto de tomada cavaleiresca de Ceuta. As armas ofensivas – as espadas – e as defensivas – os escudos metaforizados nas partes da cruz – eram as mais apropriadas à Cavalaria.

Em segundo lugar, a batalha será o momento por excelência da aferição no terreno das capacidades guerreiras, constituindo-se por isso como prova de eleição. Na generalidade das fontes medievais encontramos um vasto repertório bélico, quase sempre pressupondo um confronto maniqueísta entre uma certa Cristandade – as forças do Bem – e os infiéis – as forças do Mal –, regra geral personificadas pelos mouros. Ora, também no caso presente se trata de uma divergência entre cristãos e mouros, pelo que a batalha se configura como «guerra santa», esforço coletivo em princípio divinamente legitimado. Essa dicotomia estará sempre subjacente à gênese da disputa militar em questão, quer no plano da história (re)criada, quer no plano do discurso do cronista-narrador. Todavia, na *Crónica* a batalha transcende essa isotopia temática, porquanto, como vimos realçando, no plano pessoal funciona como obstáculo cuja transposição concederá aos Infantes a dignidade da Cavalaria. Os quadros de bravura suceder-se-ão, como pode aferir-se a partir do seguinte exemplo:

E nom cuydees que a passagem destes lugares era sem alguñ trabalho, que a çidade per todas partes era chea de mouros. e nom podiam os homeës amdar per nehuña parte, que nom achassem alguñs. mais nom podia o Iffamte Duarte emcomtrar com tamtos, que nom deseiasse ajmda mujtos mais. porque aquela uista auia mujtos dias, que elle deseiaua ¹⁰.

O terceiro e último momento a realçar é ainda de inquestionável relevo. Depois de concretizarem em Ceuta as suas capacidades bélico-cavaleirescas, chegará o dia da merecida investidura. Na manhã do dia 25 de Agosto de 1415, os Infantes apresentam-se na mesquita da cidade, local de «nova fundação» da Cristandade. E depois de uma longa pregação recheada de elementos que aludem à bem sucedida operação de fusão entre a dimensão do esforço pessoal e a ética cristã, os três Infantes serão finalmente investidos na Cavalaria:

Depois que a missa foy acabada, os Iffamtes se forom pera suas pousadas armar. e assy todos juntamente uieram aa jgreia, a quall cousa era mujto fremosa de ueer. ca elles auiam todos gramdes corpos e bem feitos, e uijnham armados em seus arneses muy limpos e guarnidos. e com as espadas da beemçam çimtas. e suas cotas darmas. e amte elles huam mujtas trombetas e charamellas, de guisa que nom sey homem que os podesse ueer, que nom tomasse muy gramde prazer, e mujto mais aquelle que com elles auia mayor diuido, que era elRey seu padre. E tamto que chegarom amte elle, o Iffamte Duarte sse pos primeyramente em joelhos, e tirou a espada da bainha e beyoua, e meteo na mão a seu padre, e fezeo com ella cauallleyro. e per semelhante guisa fezeram

10 *Idem*, p.209.

seus irmãos. E esto assy acabado beyiaromlhe a mão, e afastaramsse pera huia parte cada huã pera fazer os de sua quadrilha caualleiros ¹¹.

O trecho acentua o cumprimento do projeto, denotando o discurso uma preponderância de um vocabulário que comparticipa do campo semântico do «bélico-cavaleiresco (*armar, armados, arneses, espadas, cotas darmas, cavaleiro, bainha, etc.*), mas que em harmonia com o destaque conferido à positividade do ato pelo recurso a expressões de marcada tonalidade eufórica (*todos juntamemte, cousa fremosa de ueer, grandes corpos e bem feitos, muy limpos e guarnidos, mujtas trombetas e charamellas, grande prazer, etc.*) resulta na evocação e recriação realistas de uma das mais importantes cerimônias medievais. E nele não se deixa sequer de vincar o respeito pela hierarquia fraternal, conforme ritual peculiar à cavalaria. Por fim, concorrendo para o pendor cavaleiresco do quadro narrado, os Infantes, já investidos na Ordem, completam o ato com a elevação, por suas mãos, de alguns dos seus militares a essa mesma dignidade. Parece agora plenamente comprovada a ideia que vimos defendendo: a *Crónica da Tomada de Ceuta* tem por núcleo sêmico da história (re)criada o ideal de cavalaria, coincidindo a conduta do fundador da dinastia de Avis e de seus filhos com o modelo comportamental que dele emana.

4. As outras três «crônicas», por tratarem dos feitos de um grande príncipe – D.Henrique – e de nobres de elevada estirpe – D.Pedro de Meneses e D.Duarte de Meneses –, configuram um outro tipo de obra, já fora do conceito genológico atrás referido.

A *Crónica de Guiné* descreve a amplificação do desígnio africano por parte dos portugueses, em especial por D.Henrique. Recorde-se a forte possibilidade de ela ser o resultado da fusão de dois diferentes textos, um pretensamente de feição biográfico-panegírica, dedicado ao Infante D.Henrique, e um outro centrado na narração da progressão desbravadora pela costa africana e nos feitos da Guiné, ou, pelo menos, a possibilidade de se tratar de um «texto de refundição», na medida em que se torna extremamente difícil provar a existência dos dois textos como entidades autonomamente pré-existentes. Ainda assim, o texto que hoje conhecemos permite-nos verificar como a obra abarca simultaneamente várias dimensões, como o panegírico, a biografia, a crônica de viagens ou, a nível micronarrativo, o relato de batalhas. Não será, no entanto, errado reconhecer nele uma supremacia quantitativa do relato de viagens e descobertas e de recontros bélicos sobre as restantes dimensões. E nesta Crônica torna-se ainda muito importante uma certa visão cavaleiresca dos navegadores: é que a viagem e a descoberta adquirem também, pelo desafio inaugural que comportam, um relevante simbolismo cavaleiresco. Seria com esta Crônica que começaria decisivamente a enraizar-se na cultura portuguesa o «mito henriquino».

Nesta obra todas as movimentações pressupõem ou uma motivação cavaleiresca ou um prêmio, sendo que, não raro, essa «recompensa» é a própria investidura na Ordem de Cavalaria, por exercício de feitos de alta qualidade bélica. Antão Gonçalves ¹², Fernão Tavares ¹³, Baltasar ¹⁴, Lançarote ¹⁵ – repare-se como a matéria de Bretanha havia entrado na onomástica – e Soeiro da Costa ¹⁶ são os nomes de alguns dos navegadores e guerreiros ao serviço do Infante D.Henrique que alcançam, por via dos serviços prestados ao Reino, a investidura na Ordem e assim acrescentam em honra cavaleiresca e prestígio o inicial «curriculum» de que eram portadores. O relato das viagens e das conquistas catapulta uma imagem

¹¹ *Idem*, pp.256-257.

¹² Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Porto, Livraria Civilização – Editora, 1973, p.75.

¹³ Cf. *idem*, p.164.

¹⁴ Cf. *idem*, pp.86-87.

¹⁵ Cf. *idem*, pp.127-128.

¹⁶ Cf. *idem*, p.241.

heróica da descoberta inaugural, apesar de interessar mais à narrativa o pormenor em torno dos desafios bélicos do que o das novidades (por exemplo, a fauna e a flora) que iriam sendo contempladas. A viagem é, pois, e sobretudo, um meio de aceder a locais novos de peleja, com um adversário mal preparado e que não suspeita o ímpeto cavaleiresco dos mais nobres. A ligação entre as duas geografias terrenas – Portugal e África – é mediada pelo mar, aqui percecionado como espaço de maturação temporal, e, como vimos, a mesma só se concretiza por via de um nexu cavaleiresco, que se vislumbra nos feitos de armas e dentro de um espírito de verdadeira cruzada.

Já nas «Crónicas dos Meneses», dedicadas aos feitos de figuras históricas de iniludível projeção político-militar, encontramos uma constante e forte contiguidade entre a vertente biográfica e o relato heróico e cavaleiresco de um quotidiano de guerra. De resto, no que concerne a estas duas obras – infelizmente ainda hoje tão pouco lidas, conhecidas e trabalhadas – impõe-se realçar dois fatos importantes: por um lado, elas não se podem desligar da primeira das crónicas de Zurara, uma vez que são, em grande medida, uma espécie de continuação do relato cavaleiresco dos acontecimentos no Norte de África no período subsequente à tomada daquela praça; por outro, quando analisadas em pormenor, as duas crónicas dos fronteiros de Ceuta revelam uma forte interdependência, tratando-se verdadeiramente de dois textos sequencialmente indissociáveis e, em muitos aspectos (como a organização diegética ou os processos de caracterização dos protagonistas), idênticos. Dir-se-ia que embora evidenciem uma relativa rarefação da ilustração de episódios de gênese cavaleiresca elas seguem uma linha discursiva e uma «montagem» diegética que mais uma vez desvendam um Zurara profundamente interativo com o código de honra daquela velha mas prestigiada Ordem medieval.

5. Escrevendo a mando de D. Afonso V, monarca dado às Letras e às Artes, bem como a uma renovação áulica que devia presidir aos seus projetos de Armas¹⁷, Gomes Eanes de Zurara comparticipa do ideário mental e arquetípico que caracteriza a atmosfera da sua corte, a qual encontra nos modelos cavaleirescos – reais ou ficcionais – amplas referências de uma ética que regulamenta a vida do homem social. Não é, por isso, o «historiador do povo», papel que em parte fora desempenhado antes, e com grande mestria, por Fernão Lopes. Assumindo-se como cronista de uma certa elite cortesã, testemunhou Zurara pela escrita os feitos e os efeitos que inauguram a expansão ultramarina, na qual se repercute, como vimos, o ideal cavaleiresco; e, assim, o cronista torna-se autor de textos que também animam o espírito vigente na sociedade e no arquetipo mental do terceiro quartel do século XV. O ideal de cavalaria, disseminado em Portugal, por diferentes formas, ao longo de duzentos anos, era indubitavelmente um modelo real de orientação de vida, pelo que Zurara captou sobretudo a valorização de um heroísmo plasmado na honra pelo combate, legitimado num mosaico de premissas de entre as quais se destacava a batalha contra o infiel, em nome do serviço de Deus. Com base nisso, a sua historiografia e a globalidade da sua escrita ganharam um capital de reflexão moral, ética e política que lhe deu atualidade e, por isso, no seu tempo, grande autoridade. Nessa época, o grande espírito senhorial voltava a animar o Reino, embora sempre caldeado pelo poder régio, e, por conseguinte, os excessos da refrega do final da década de 40 seriam rapidamente ultrapassados pela conveniência de um novo espírito cavaleiresco, de que esta também nova historiografia seria estandarte certo.

Efetivamente, a crónica zurariana corresponde de uma forma clara à expressão literária de feitos cuja veracidade e desenrolar histórico eram tidos como verdades irrefutáveis, embora mergulhados num lastro «poético» que lhes garante o que nós hoje denominamos comumente por «literariedade» – na composição das figuras, no rebuscamento dispositivo e estilístico, na qualidade da linguagem. Não subsiste, pois, qualquer dúvida de que a concepção zurariana de historiografia e de escrita se encontram ao

17 Cf. Saul António Gomes, *D. Afonso V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 141-241.

serviço de uma nova «ideia»: a historiografia é o veículo privilegiado da difusão da gesta cavaleiresca protagonizada pelas principais figuras históricas do início da expansão ultramarina. O ideal de cavalaria constitui-se como núcleo sêmico do discurso ideológico do cronista, cifrando-se o seu «modus» narrativo numa quase celebração panegírica dos «atos cavaleirosos» dos diversos intervenientes, sobretudo através da construção e composição de figuras-arquétipo, por oposição ao «outro civilizacional», que coincide com o mouro infiel e cuja erradicação solicita a justa santa do «cavaleiro português».

Terminamos com uma última constatação, que se impõe. O Portugal de Quatrocentos conheceu apenas três cronistas oficiais – Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Vasco Fernandes de Lucena – que desempenharam as suas funções dentro dos limites temporais do século. Destes, apenas dois escreveram efetivamente crônicas, porquanto de Lucena nada nos chegou. Por outro lado, recorde-se também que Rui de Pina começara a trabalhar em 1490 mas os resultados do seu labor só serão coroados de êxito no início do século seguinte. Assim, o que nos interessa verdadeiramente enfatizar é que se entre todos eles houve um cronista de cavaleiros e cavalarias, esse cronista foi, inquestionavelmente e como se acaba de demonstrar, Gomes Eanes de Zurara.

RESUMO: A comunicação não só fixa os principais elementos do universo cavaleiresco da escrita cronística zurariana como identifica aqueles que são os mais relevantes traços de intersecção patentes e latentes entre a recriação discursiva de uma verdade histórica e a reconfiguração ficcionalizante dessa mesma verdade histórica à luz de tal universo, em que, por exemplo, Ceuta nos aparece de modo recorrente qual *graal* demandado pelos filhos de D.João I em ordem à sua investidura na Ordem de Cavalaria.

Palavras-chave: cavalaria – Crônica – Historiografia – Zurara – Medievalismo.

ABSTRACT: This communication not only sets the main elements of the chivalry universe of the chronicle writing by Zurara, as it identifies those which are the most relevant aspects of intersection present and smouldered between the speech recreation of the historical truth and the fictional reconfiguration of that same truth. In these examples Ceuta appears repeatedly as if it were the Grail demanded by the sons of King John the First as a means to his investiture in the Order of the Chivalry.

Key-words: chivalry – Chronicle – Historiography – Zurara – Medievalism